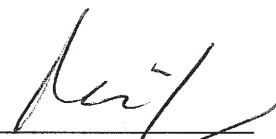


CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA

RELATÓRIO E CONTAS Exercício de 2017

Preparado Por:



Ricardo Freitas

Ribeira Brava, 14 de Maio de 2018

1. Balanço Analítico

Entidade: Centro Social e Paroquial de São Bento da Ribeira Brava
BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	NOTAS	UNIDADE MONETÁRIA (1)	
		DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.566.066,94 €	1.466.353,92 €
Bens do património histórico e cultural		- €	- €
Investimentos Financeiros	7	5.927,13 €	38.540,49 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Outros créditos e outros ativos não correntes			
		1.571.994,07 €	1.504.894,41 €
Ativo corrente:			
Inventários		- €	- €
Créditos a receber	9	18.597,75 €	31.120,75 €
Estado e outros entes públicos	10	33.906,83 €	18.764,83 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	12	11.147,85 €	6.557,54 €
Outros ativos correntes		36.054,11 €	49.446,45 €
Caixa e depósitos bancários	4	1.080.289,32 €	1.126.544,51 €
		1.179.995,86 €	1.232.434,08 €
Total do Activo		2.751.989,93 €	2.737.328,49 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos		- €	- €
Resultados transitados		1.536.473,68 €	1.519.808,16 €
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		728.345,10 €	750.743,29 €
Resultado líquido do período		4.362,56 €	16.665,52 €
Total dos fundos patrimoniais		2.269.181,34 €	2.287.216,97 €
		- €	- €
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Outras dívidas a pagar			
		- €	- €
Passivo corrente:			
Fornecedores	14	52.462,70 €	55.938,32 €
Estado e outros entes públicos	10	48.328,34 €	48.918,52 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	12	- €	5.619,88 €
Outros passivos correntes	13	382.017,55 €	339.634,80 €
		482.808,59 €	450.111,52 €
Total do passivo		482.808,59 €	450.111,52 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.751.989,93 €	2.737.328,49 €

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



O Contabilista Certificado n.º 51 717

2. Demonstração dos Resultados por naturezas

Entidade: Centro Social e Paroquial de São Bento da Ribeira Brava
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016
Vendas e serviços prestados	15	431.128,05 €	399.516,96 €
Subsídios, doações e legados à exploração	16	2.608.275,56 €	2.559.230,59 €
Variação nos inventários da produção			- €
Trabalhos para a própria entidade			- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	- 79.294,51 €	- 82.185,00 €
Fornecimentos e serviços externos	18	- 635.332,73 €	- 660.414,18 €
Gastos com o pessoal	19	- 2.289.174,70 €	- 2.241.363,69 €
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reversões)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	20	137.741,75 €	213.450,91 €
Outros gastos	21	- 29.366,73 €	- 12.985,39 €
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		143.976,69 €	175.250,20 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- 140.952,33 €	- 162.421,59 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.024,36 €	12.828,61 €
Juros e rendimentos similares obtidos	22	1.737,18 €	4.304,58 €
Juros e gastos similares suportados	22	- 398,98 €	- 467,67 €
Resultado antes de impostos		4.362,56 €	16.665,52 €
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		4.362,56 €	16.665,52 €

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Direcção

O Contabilista Certificado n.º 51 717



AS
 AREA
 J. J. S.
 J. J. S.

Handwritten signature

Handwritten signature
 Pereira

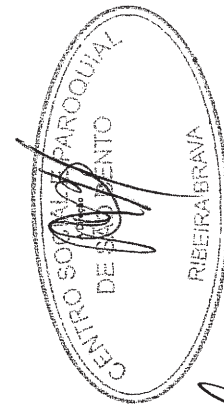
3. Demonstração dos Resultados por Funções

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Entidade: Centro Social e Paroquial de São Bento da Ribeira Brava
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	UNIDADE MONETÁRIA: Euro																										
	PERÍODOS																										
	CC 001	CC 002	CC 003	CC 004	CC 005	CC 006	CC 007	CC 008	CC 009	CC 010	CC 011	CC 012	CC 013	CC 014	CC 015	CC 016	CC 017	CC 018	CC 019	CC 020	CC 021	CC 022	CC 023	CC 024	2016	2015	
Vendas e serviços prestados	231.446,47 €	9.066,00 €	127.768,75 €	0,00 €	52.903,23 €	123,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.456,27 €	431.126,26 €	399.516,96 €	
Custo das vendas e dos serviços prestados	-43.733,89 €	-10.104,01 €	0,00 €	-10.068,26 €	-13.516,73 €	-280,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-384,69 €	-79.294,51 €	-82.185,00 €	
Resultado bruto	187.712,58 €	-1.038,01 €	127.768,75 €	-10.068,26 €	39.386,50 €	-167,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.071,58 €	351.831,75 €	317.331,96 €	
Outros rendimentos	396.651,63 €	9.428,12 €	1.433.330,21 €	179.647,20 €	104.254,39 €	19.793,04 €	0,00 €	12.616,08 €	40.389,72 €	43.984,48 €	27.342,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.746.077,31 €	2.772.691,50 €	
Gastos de distribuição	-695.511,92 €	-17.348,50 €	-1.566.236,79 €	-139.394,66 €	-122.267,53 €	-13.367,12 €	-915,00 €	-13.558,78 €	-76.709,36 €	-51.455,48 €	-19.325,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12.970,42 €	-33.020,44 €	-3.077.164,63 €
Gastos administrativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros gastos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-21.147,71 €	-8.866,38 €	-8.137,82 €	30.246,99 €	21.373,42 €	6.268,39 €	-915,00 €	-460,71 €	-28.319,84 €	-7.871,00 €	8.517,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1.886,56 €	3.074,38 €	12.828,41 €	
Gastos de financiamento (líquidos)	579.033 €	133,92 €	401,80 €	11,98 €	180,02 €	4,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4,85 €	1.339,20 €	3.836,91 €	
Resultado antes de impostos	-30.897,79 €	-8.822,47 €	-7.736,02 €	30.258,97 €	21.553,44 €	6.273,19 €	-915,00 €	-460,71 €	-28.319,84 €	-7.871,00 €	8.017,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1.882,70 €	4.362,58 €	16.666,52 €	
Imposto sobre o rendimento do período	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período	-30.897,79 €	-8.822,47 €	-7.736,02 €	30.258,97 €	21.553,44 €	6.273,19 €	-915,00 €	-460,71 €	-28.319,84 €	-7.871,00 €	8.017,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1.882,70 €	4.362,58 €	16.666,52 €	

Contabilista Certificado n.º 51.717



Handwritten signatures and the word 'AREA'.

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Centro Social Paroquial de São Bento da Ribeira Brava

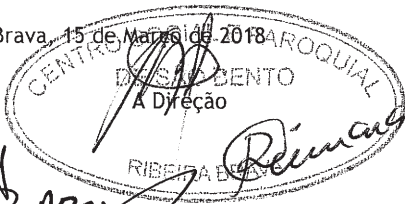
Demonstração dos Fluxos de Caixa - 2017

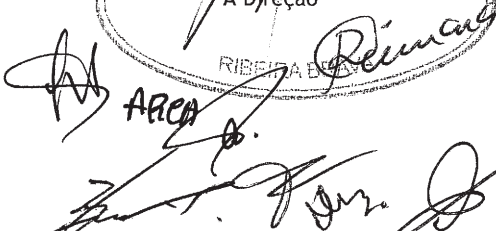
Moeda
EUR

Contribuinte
511058110

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Notas	31-dez-17	31-dez-16
	4		
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo:</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		446.427,12	377.018,96
Pagamentos a fornecedores		-440.189,04	-440.823,77
Pagamentos ao pessoal		-1.617.871,38	-1.567.431,89
Caixa gerada pelas operações		-1.611.633,30	-1.631.236,70
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/ pagamentos		1.496.309,58	1.449.075,19
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-115.323,72	-182.161,51
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento:</u>			
Pagamentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		58.356,36	80.822,39
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		2.755,51	2.499,83
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		5.000,00	28.250,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		820,50	155,53
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		1.737,18	4.304,58
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		68.669,55	116.032,33
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		398,98	467,67
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		398,98	467,67
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-46.255,19	-65.661,51
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.126.544,51	1.192.206,02
Caixa e seus equivalentes no final do período		1.080.289,32	1.126.544,51

Ribeira Brava, 15 de Março de 2018





Contabilista Certificado n.º 51 717



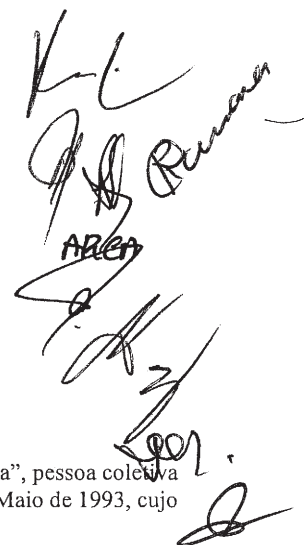
5. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Centro Social Paroquial de São Bento da Ribeira Brava

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício de 2017

(Valores expressos em euros)



1. Nota introdutória

A Instituição Particular de Solidariedade Social denominada “Centro Social e Paroquial de São Bento da Ribeira Brava”, pessoa colectiva 511.058.110, com sede social na Rua do Visconde, 10, freguesia e concelho da Ribeira Brava, foi constituída a 27 de Maio de 1993, cujo objeto social principal é atividade apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

As demonstrações financeiras abrangem uma entidade individual, são apresentadas em euros e reportam-se ao ano civil com início em 01 de Janeiro de 2016 e fim em 31 de Dezembro de 2017.

Apenas se consideraram as notas aplicáveis à empresa, respeitantes a factos ocorridos no exercício em causa, e materialmente relevantes.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2017 as demonstrações financeiras da Instituição, foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos” .

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

f) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	1 - 50
Equipamento básico	1 - 12
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	1 - 8
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.4. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de Natal.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontadas por contrapartida do reconhecimento de um passivos que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 1 de Janeiro de cada ano, ou seja, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido"

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Na elaboração da demonstração dos Fluxos de Caixa, é utilizado o Método Directo.

3.6. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Instituição. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Instituição reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Instituição obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Instituição baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo. Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

4. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

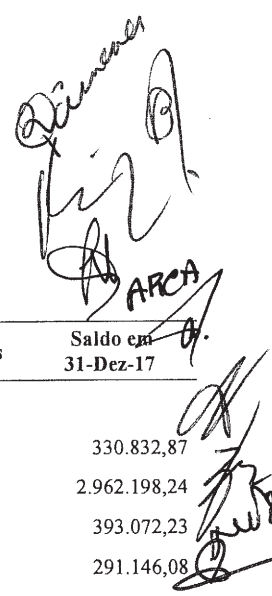
	31-Dez-17	31-Dez-16
Caixa	3.500,00	3.498,34
Depósitos à ordem	295.145,45	245.124,86
Depósitos à prazo	781.643,87	877.921,17
	1.080.289,32	1.126.544,51

Os saldos apresentados relativos a caixa e seus equivalentes, não apresentavam restrição de uso na data do Balanço.

5. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016					Saldo em 31-Dez-16
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	330.832,87					330.832,87
Edifícios e outras construções	2.936.670,33	12.982,13				2.949.652,46
Equipamento básico	374.498,41	10.950,72				385.449,13
Equipamento de transporte	245.432,00	56.889,54	28.250,00			274.071,54
Equipamento administrativo	8.577,85					8.577,85
Outros activos fixos tangíveis	9.523,80					9.523,80
	3.905.535,26	80.822,39	28.250,00			3.958.107,65
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.859.647,28	106.431,80				1.966.079,08
Equipamento básico	326.369,53	18.670,78				345.040,31
Equipamento de transporte	153.475,74	37.312,88	28.250,00			162.538,63
Equipamento administrativo	8.565,79	6,12				8.571,91
Outros activos fixos tangíveis	9.523,80					9.523,80
	2.357.582,14	162.421,58	28.250,00			2.491.753,73



 ARCA

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-17
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	330.832,87					330.832,87
Edifícios e outras construções	2.949.652,46	12.545,78				2.962.198,24
Equipamento básico	385.449,13	7.623,10				393.072,23
Equipamento de transporte	274.071,54	36.528,28	19.453,74			291.146,08
Equipamento administrativo	8.577,85	1.659,20				10.237,05
Outros activos fixos tangíveis	9.523,80					9.523,80
	3.958.107,65	58.356,36	19.453,74			3.9970.010,27
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.966.079,08	82.160,97				2.048.240,05
Equipamento básico	345.040,31	13.079,76				358.120,07
Equipamento de transporte	162.538,63	45.379,77	19.453,74			188.464,66
Equipamento administrativo	8.571,91	331,84				8.903,75
Outros activos fixos tangíveis	9.523,80					9.523,80
	2.491.753,73	140.952,34	19.453,74			2.613.252,33

6. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos intangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2017 e 2016 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-16
Activos intangíveis:						
Goodwill						
Propriedade industrial						
Programas de computador	104.920,50					104.920,50
Outras activos intangíveis						
	104.920,50					104.920,50
Depreciações Acumuladas						
Goodwill						
Programas de computador	104.920,50					104.920,50
Propriedade industrial						
Outras activos intangíveis						
	104.920,50					104.920,50

31 de Dezembro de 2017

Handwritten signatures and initials, including "APCA" and "Rimane".

	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-17
Activos intangíveis:						
Goodwill						
Propriedade industrial						
Programas de computador	104.920,50					104.920,50
Outras activos intangíveis						
	104.920,50					104.920,50
Depreciações Acumuladas						
Goodwill						
Programas de computador	104.920,50					104.920,50
Propriedade industrial						
Outras activos intangíveis						
	104.920,50					104.920,50

7. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "outros activos financeiros" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outros activos financeiros				
Outras - FCT	188.236,13		38.540,49	
	188.236,13		38.540,49	
Perdas por imparidade acumuladas				
	188.236,13		38.540,49	

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" não existe, pois não existe stock, mas sim o valor em compras.

	31-Dez-17	31-Dez-16
Mercadorias	79.294,51	82.185,00
	79.294,51	82.185,00
Perdas por imparidades de inventários		
	79.294,51	82.185,00

9. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Créditos a receber				
Créditos conta corrente		18.597,75		31.120,75
Créditos de cobrança duvidosa				
		18.597,75		31.120,75
Perdas por imparidade acumuladas				
		18.597,75		31.120,75

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	95,47	793,03
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	33.811,36	17.971,80
	33.906,83	18.764,84
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Outras Tributações FCT/FGCT	284,84	237,39
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	5.781,75	6.188,54
Segurança Social	42.261,75	42.952,59
	48.328,34	48.918,52

11. Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outros ativos correntes” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores e credores por acresc. De rend.				
Outros	36.054,11		49.446,45	
	36.054,11		49.446,45	
Perdas por imparidade acumuladas				
	36.054,11		49.446,45	

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	11.147,85	6.557,54
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer		
	<u>11.147,85</u>	<u>6.557,54</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	9.667,10	5.619,88
Outros rendimentos a reconhecer		
	<u>9.667,10</u>	<u>5.619,88</u>

Handwritten signatures and initials:
- Top right: "ALCA" with a signature.
- Middle left: "Ribeiro" with a signature.
- Middle right: "ALCA" with a signature.
- Bottom right: "ALCA" with a signature.

13. Outras passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Outras passivos correntes" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores e credores por acréscimo				
Outras passivos correntes	382.017,55		339.634,80	
	<u>382.017,55</u>		<u>339.634,80</u>	-

14. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Fornecedores conta corrente	52.462,70	55.938,32
	<u>52.462,70</u>	<u>55.938,32</u>

15. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2017 e de 2016 foram como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias						
Prestação de serviços	431.128,05		431.128,05	399.516,96		399.516,96
	<u>431.128,05</u>		<u>431.128,05</u>	<u>399.516,96</u>		<u>399.516,96</u>

16. Subsídios

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Subsídio Seg.Social	2.605.089,49	2.558.392,15
Subsídio IEM (...)	3.186,07	838,44
Outros subsídios		
	<u>2.608.275,56</u>	<u>2.559.230,59</u>

17. Custo das vendas

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "CMVMC" tinha a seguinte composição

	<u>31-Dez-17</u>			<u>31-Dez-16</u>		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro						
Regularizações						
Compras	79.294,51		79.294,51	82.185,00		82.185,00
Saldo final em 31 de Dezembro						
Custo das vendas	<u>79.294,51</u>		<u>79.294,51</u>	<u>82.185,00</u>		<u>82.185,00</u>

18. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Subcontratos	290.154,85	282.415,75
Serviços especializados	193.617,61	243.196,25
Materiais	19.160,62	17.560,18
Energia e fluidos	73.849,41	73.664,43
Deslocações, estadas e transportes	5.673,48	4.037,45
Serviços diversos (*)	52.876,76	39.540,12
rendas		
comunicação	7.004,80	5.696,53
seguros	18.791,03	83639,15
outros	27.080,93	23.197,54
	<u>635.332,73</u>	<u>660.414,18</u>

19. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	1.882.634,34	1.849.996,90
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	387.937,31	376.111,03
Seguros	17.768,77	13.488,04
Outros gastos com pessoal	834,28	1.767,72
	<u>2.289.174,70</u>	<u>2.241.363,69</u>

A Instituição registou um n.º médio de postos de trabalho ao serviço de 176 colaboradores em 2017 (176 em 2016), igual ao ano anterior.

20. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, foram como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Rendimentos suplementares	2.546,19	5.638,81
Descontos de pronto pagamento obtidos	940,17	523,31
Recuperação de dívidas a receber		
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	5.000,00	12.704,99
Outros rendimentos e ganhos	129.255,39	203.898,18
	<u>137.741,75</u>	<u>213.450,91</u>

21. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Impostos	80,00	80,00
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Gastos e perdas em inv. não financeiros		
Outros gastos e perdas	12.905,39	12.905,39
	<u>12.985,39</u>	<u>12.985,39</u>

22. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: Large signature
 - Middle right: Signature with "ARCA" written below it
 - Bottom right: Multiple smaller signatures and initials

	31-Dez-17	31-Dez-16
Juros e rendimentos similares obtidos	1,737,18	4.304,58
	1.737,18	4.304,58
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	398,98	467,67
	398,98	467,67
Resultados financeiros	1.338,20	3.836,91

Ramona
AREA
...

23. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

24. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a Instituição não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos do artigo 66.º- A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se ainda que o Revisor Oficial de Contas da Instituição, Dr. Manuel Alexandre Silva Pinto Fardilha, faturou 5.490,00€ (inclui Iva 22%), referentes no exercício de 2017, montante igual ao faturado no ano anterior (2016), durante os períodos respectivos a títulos de serviços prestados de Revisão Legal de Contas anuais. Mais se informa que não foram prestados e/ou pagos quaisquer outros serviços ao Revisor Oficial de Contas.

25. Outras informações

Fundos Patrimoniais				
DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Fundos				0,00 €
Por memória: Accionistas c/ subscrição	0,00 €			0,00 €
Por memória: Quotas não liberadas	0,00 €			0,00 €
Acções (quotas) próprias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Valor nominal	0,00 €			0,00 €
Descontos e prémios	0,00 €			0,00 €
Outros instrumentos de capital			0,00 €	0,00 €
Prémios de emissão	0,00 €			0,00 €
Reservas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservas legais				0,00 €
Outras reservas	0,00 €			0,00 €
Resultados transitados	1.519.808,16 €		16.665,52 €	1.536.473,68 €
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	0,00 €			0,00 €
Outros	0,00 €			0,00 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	750.743,29 €	22.398,19 €	0,00 €	728.345,10 €
Subsídios	750.743,29 €	22.398,19 €		728.345,10 €
Doações	0,00 €			0,00 €
Outras	0,00 €			0,00 €
Resultado Líquido do Exercício	16.665,52 €	12.302,96 €		4.362,56 €
Total do fundo de capital	2.287.216,97 €			2.269.181,34 €

Outras informações consideradas relevantes para a análise da posição financeira e dos resultados da Instituição:

- Resultado Líquido do Exercício 4.362,56 Euro
- Meios Libertos Líquidos (Cash-Flow) 145.314,89 Euro

Contabilista Certificado n.º 51 717



ARCA
A. Plenas
F. Z.
W. R.
J.

13. Ata da Direção com a aprovação das contas

ATA 129

No dia vinte e três do mês de Maio de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, reuniu a **Direção do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA**, pessoa colectiva 511.058.110, constituída no dia treze do mês de Maio de mil novecentos e noventa e três, com sede à Rua do Visconde, número dez, freguesia e concelho da Ribeira Brava. _____

Estavam presentes o Sr. Padre José Bernardino de Abreu da Trindade, NIF 188.932.801, o Sr. José Armindo Pereira Pestana, NIF 100.682.162, o Sr. José João Gonçalves de Freitas, NIF 100.682.375, o Sr. Renato Elias Câmara, NIF 100.682.146, a Sr.ª Maria Ludovina Gomes Alves Pereira, NIF 178.817.228, o Dr. Carlos Manuel Rodrigues dos Ramos, NIF 181.652.064, o Sr. António Rafael Carvalho Ascensão, NIF 185.928.269, Sr. José Maria Reis, NIF 100.681.859, e o Sr. Prof. Domingos Emanuel Fortunato Rodrigues, NIF 123.628.059, na qualidade de membros da Direcção da Instituição, os quais representando a totalidade dos direitos de voto, decidiram constituir-se, sem observância das formalidades prévias, nos termos do número um do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais. _____

A reunião foi dirigida pelo Sr. Padre José Bernardino de Abreu da Trindade, que após a verificação da existência de quórum e dos demais elementos necessários à realização da reunião, deu início a esta. _____

A ordem de trabalhos foi a seguinte: _____

PONTO UM: Discussão e aprovação do Relatório e Contas relativas ao exercício económico de 2017. _____

PONTO DOIS: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício económico de 2017. Aberta a sessão e dando cumprimento ao ponto

um da ordem de trabalhos, analisou-se e discutiu-se os elementos relativos ao Relatório e Contas do exercício económico de 2017, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Balanço com um Total do Activo no montante de 2.751.989,93 euro, bem como as demais Demonstrações Financeiras, mais propriamente a Demonstração de Resultados por naturezas, o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alteração dos Fundos Patrimoniais e o Relatório de Gestão. _____

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, os membros da Direcção aprovaram a aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2017, no montante de 4.362,56 euro, transferindo-o na totalidade para a conta de Resultados Transitados. _____

Colocada a questão à Assembleia, a mesma por unanimidade aprovou a proposta de aplicação referida. _____

A aprovação fez-se com o voto favorável de todos os membros da Direcção, os quais declararam apoiar a estratégia financeira da Instituição, a política de investimentos traçada pela Direcção e a distribuição de resultados apresentada. _____

Nada mais havendo a deliberar, a sessão foi dada por encerrada pelas dezanove horas, e dela foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros da Direcção da Instituição.

A Direcção

Presidente



Sr. Padre José Bernardino de Abreu da Trindade


ARCA

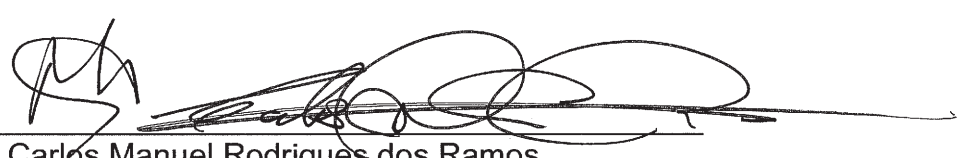
P. António


Vice-Presidente 
Sr. José Armindo Pereira Pestana

Secretário 
Sr. José João Gonçalves de Freitas

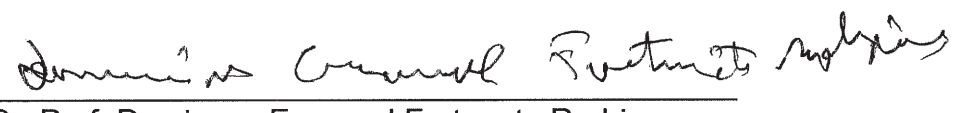
Tesoureiro 
Sr. Renato Elias Câmara

Vogal 
Sr.ª Maria Ludovina Gomes Alves Pereira

Vogal 
Dr. Carlos Manuel Rodrigues dos Ramos

Vogal 
Sr. António Rafael Carvalho Ascensão

Vogal 
Sr. José Maria Reis

Vogal 
Sr. Prof. Domingos Emanuel Fortunato Rodrigues

14. Ata do Conselho Fiscal com a aprovação das contas

ATA NÚMERO VINTE

No dia vinte e três do mês de Maio de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, reuniu o **Conselho Fiscal** do **CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA**, pessoa colectiva 511.058.110, constituída no dia treze do mês de Maio de mil novecentos e noventa e três, com sede à Rua do Visconde, número dez, freguesia e concelho da Ribeira Brava (9350-213). _____

Estavam presentes o Sr. José Ismael Fernandes, NIF 170.872.920, o Sr. Marcelino Jacinto Faria Pereira, NIF 129.802.063, e o Sr. João Pedro Faria Rodrigues, NIF 100.604.790, na qualidade de Presidente, Secretário e Vogal do Conselho Fiscal da Instituição, respectivamente, os quais representando a totalidade dos direitos de voto, decidiram constituir-se, sem observância das formalidades prévias, nos termos do número um do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais. _____

A reunião foi dirigida pelo Sr. José Ismael Fernandes, que após a verificação da existência de quórum e dos demais elementos necessários à realização da reunião, deu início a esta. _____

A ordem de trabalhos foi a seguinte: _____

PONTO UM: Discussão e aprovação do Relatório e Contas relativas ao exercício económico de 2017. _____

PONTO DOIS: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício económico de 2017 e emissão do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal. _____

Aberta a sessão e dando cumprimento ao ponto um da ordem de trabalhos, analisou-se e discutiu-se os elementos relativos ao Relatório e Contas do exercício económico de 2017, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Balanço com um Total do Ativo no montante de 2.751.989,86 euro, bem como as demais Demonstrações Financeiras, mais propriamente a Demonstração de Resultados por naturezas, o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alteração dos Fundos Patrimoniais e o Relatório de Gestão. _____

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, os membros do Conselho Fiscal aprovaram a aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2017, no montante de 4.362,56 euro, transferindo-o na totalidade para a conta de Resultados Transitados

A aprovação fez-se com o voto favorável de todos os membros do Conselho Fiscal, os quais declararam apoiar a estratégia financeira da Instituição, a política de investimentos traçada pela Direção e a distribuição de resultados apresentada. Em anexo, e em consonância, transcreve-se o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal. _ Nada mais havendo a deliberar, a sessão foi dada por encerrada pelas dezanove horas, e dela foi elaborada a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do Conselho Fiscal presentes. _____

O Conselho Fiscal,

Presidente



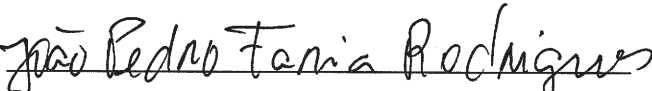
Sr. José Ismael Fernandes

Secretário



Sr. Marcelino Jacinto Faria Pereira

Vogal



Sr. João Pedro Faria Rodrigues

RELATÓRIO e PARECER
do
CONSELHO FISCAL

Ex.mos Senhores:

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Direcção do **CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA** relativamente ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que julgamos adequada, a actividade do Centro. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística não tendo tomado conhecimento de qualquer violação à lei ou ao contrato social.

Acompanhamos igualmente os trabalhos desenvolvidos pelo ROC Manuel Alexandre Silva Pinto Fardilha e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos.

No âmbito das nossas funções verificamos que:

- a) O Balanço, a Demonstração dos Resultados Por Naturezas e Por Funções, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, foram preparados de acordo com as disposições legais;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

- c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Centro evidenciando os aspectos mais significativos e a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente evidenciada.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos de Parecer que:

- a) Seja aprovado o Relatório de Gestão e a Proposta de Aplicação de Resultados que refere a necessidade de transferir para “Resultados Transitados” a quantia de 4.362,56 Euros.
- b) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras.

Ribeira Brava, 23 de maio de 2018

Presidente



Sr. José Ismael Fernandes

Secretário



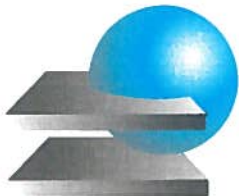
Sr. Marcelino Jacinto Faria Pereira

Vogal



Sr. João Pedro Faria Rodrigues

18. Certificação Legal das Contas



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 2 751 989,93 euros e um total de fundos patrimoniais de 2 269 181,34 euros, incluindo um resultado líquido de 4 362,56 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo ao balanço e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

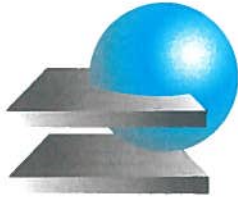
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja



suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Porto, 12 de junho de 2018



(João Luís Almeida Mendes de Araújo, R.O.C. n.º 933)